

O legado olímpico do carioca: pesquisa revela transformações sociais locais durante o ciclo de preparação para a Rio2016

A identificação do impacto social das olimpíadas é difícil pois há várias influências operando simultaneamente. A rigor, é impossível separar o efeito do evento externo do evento Olimpíadas da gestão interna do mesmo. O que podemos fazer é precisar o que houve depois do anúncio e comparar com o que vinha acontecendo antes do mesmo. Esse simples exercício se mostrou um poderoso instrumento para analisar o legado social da Rio2016. O Rio ganhou a disputa para ser sede dos Jogos Olímpicos de 2016 contra cidades globais como Chicago, Madri e Tóquio não pela sua infraestrutura logística ou economia já estabelecidas. Mas sim pela capacidade das Olimpíadas de transformarem a cidade. No caso carioca isto significa reverter tendência prévia de deterioração social local e deixar um legado para seus cidadãos.

A pesquisa da Fundação Getúlio Vargas se baseou nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad e Pnad contínua). Sua contribuição fundamental, até certo ponto inédita, foi abrir microdados sobre os municípios para produzir indicadores sociais, avaliações e análises sobre a qualidade de vida dos cariocas. Quando feita, esta análise explora dados da região metropolitana, do Estado e da capital fluminense, que é o nosso foco. A pesquisa explora também dados censitários com horizontes de tempo mais longos e aberturas espaciais mais finas. É traçado um zoom territorial sobre as transformações ocorridas no Rio de Janeiro desde 1970, abrindo por localidades como: Zonas Norte, Sul e Oeste, Centro; assim como de Copacabana, Madureira, Barra, Santa Cruz e assim por diante. A equipe de pesquisa foi encabeçada por Marcelo Neri, ex-ministro de Assuntos Estratégicos e ex-presidente do IPEA e atualmente diretor da FGV Social/CPS. A pesquisa disponibiliza site bilíngue www.fgv.br/fgvsocial/rio2016 com textos, slides, vídeos e bancos de dados interativos e amigáveis. Estes dispositivos permitem o cruzamento desses dados recém-disponibilizados por atributos diversos (renda, gênero, faixa etária, ocupação, tipo de moradia, etc.), transformando-os em conhecimento próprio e prático.

Uma vantagem do uso de microdados públicos é a sua replicabilidade científica. Uma outra é a possibilidade de realizar análises com controles sócio demográficos e compará-las com outras áreas geográficas. Como um atleta competitivo, não basta melhorar, tem de melhorar mais que os outros da sua categoria. Definimos os demais municípios do Grande Rio como grupo de controle, pois os mesmos constituem territórios contíguos sujeitos a influências similares, do ponto de vista climático e da administração estadual, por exemplo.

Transformando uma longa história: as Olimpíadas no Rio reverteram uma tendência negativa de crescimento dos indicadores sociais que a cidade apresentava entre 1992 e 2008. Os 24 indicadores comparáveis gerados a partir das PNADs antes e depois do anúncio da Rio 2016 seguiram uma trajetória em formato de um V, ou seja, antes do anúncio dos Jogos se registravam dez vezes mais retrocessos que depois de o Rio saber que seria a sede olímpica. Os avanços subiram de 7 para 18 indicadores, entre eles o acesso à casa própria, educação, uso de tecnologia e coleta de lixo.

Se olharmos o horizonte empírico mais largo que dispomos, fornecido pelos Censos 1970 e 2010, entre os 10 indicadores analisados, os 10 apresentaram retrocesso carioca relativo entre 1970 e 2010. No período pós-anúncio da Rio2016, o placar se inverte para 8 a 2 favorável aos cariocas. Diversas outras comparações com bases de dados e metodologias diferentes produzem resultados similares. Em geral, não rejeitamos trajetória dos indicadores em forma de V, com retrocesso pré-anúncio olímpico e avanço posterior.

Da série de indicadores simples que compõem o Legado social do período pré-olímpico da cidade, levando-se em conta atributos comparáveis, como sexo, idade, imigração, educação, entre outros; houve avanço em 36 dos 38 indicadores de áreas como educação, trabalho, habitação, serviços públicos, inclusão digital e desenvolvimento social. O destaque negativo é dado pelo tempo de transporte, que aumentou 17% entre 2008 e 2014. O elemento mais positivo talvez seja o referente à renda dos cariocas. O crescimento da renda domiciliar per capita no Rio alcançou 30,3%, ao se comparar os primeiros trimestres de 2008 e 2016, passando de R\$ 1.515 para R\$ 1.974, descontada a inflação. Entretanto, o crescimento do mesmo indicador para o Brasil foi de 19,6%, enquanto para o Estado do Rio foi de 18,78%. A renda do trabalho cresceu no Rio mais que em qualquer outra capital ou periferia metropolitana desde 2013. Essa evidência é consistente com a hipótese de que as Olimpíadas ajudaram a manter o processo de crescimento inclusivo no Rio, enquanto o resto do país observou uma deterioração social abrupta por conta da crise econômica em curso.

Detalhando as tendências controladas de indicadores baseados em renda per capita pré e pós anúncio olímpico. Nos quarenta anos antes do anúncio da sede olímpica, a renda dos cariocas cresceu seis vezes mais no topo do que na base. Sendo que todos os vintis de renda mais baixa obtiveram quedas relativas vis-à-vis a periferia fluminense. Essas quedas relativas diminuem à medida que movemos da base para o topo da distribuição de renda, quando as mesmas são revertidas. A elite situada entre os 5% cariocas mais abastados obtiveram ganhos relativos 14,9% mais altos que seus pares nos demais municípios do Rio de Janeiro.

Isto explica por que a cidade do Rio de Janeiro, seja ela metrópole ou apenas a capital, ganhou, neste interim, o apelido de “cidade partida”. Neste longo intervalo, os níveis de desigualdade de renda encontrados no interior das fronteiras cariocas atingiram níveis superiores aos das fronteiras brasileiras. Entre 2008 e 2016, a renda per capita do trabalho controlada dos 5% mais pobres cresceu 29,3%, enquanto a dos 5% mais ricos cresceu 19,96%, sendo que todos os vintis apresentavam crescimento superior aos dos grupos de controle. Se controlarmos pelas características observáveis equivalentes, as chances de pobreza carioca (linha de R\$ 206/mês a preços atuais) sobe 7.9% entre 1970 e 2010, mas cai 36,8% entre 2008 e 2016. Em termos absolutos, a pobreza medida na pesquisa caiu de 5,71% para 2,09% da população, entre 2008 e 2016. Isto significa que usando a métrica dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODMs) da ONU, entidade que propôs queda de 50% da pobreza em 25 anos, a pobreza carioca caiu 63,4% em 8 anos.

E o pós-2016? O cenário carioca prospectivo é preocupante pois o projeto que uniu setor privado ao Estado, aí incluindo integração entre três níveis de governo, rara para padrões locais, acaba com a realização do sonho olímpico. As falhas financeiras fluminenses e as receitas do petróleo, seu principal combustível, criarão dificuldades mesmo olhando só a velha Guanabara. A partir de 2016, a população carioca em idade ativa já começa a cair, o que resultará em queda da renda de trabalho de 7,8% até 2065, quando a cidade celebrará seus 500 anos. Isto sem falar nos impactos da inescapável reforma da previdência, que representa 25% da renda do Rio, com impactos espaciais diferenciados. Copacabana terá em 2065, 51% de sua população acima de 65 anos, enquanto o Japão, a pátria da 3ª idade, terá então 41,8%. A maior similaridade com a estrutura etária e de gênero atual de Copacabana será observada apenas no Brasil de 2058. Copacabana, do calçadão ao morro, tão belamente retratados na cerimônia de abertura olímpica, é o futuro do Rio. E as rugas do Rio hoje formam a imagem no espelho do Brasil amanhã.